

(RES)SIGNIFICANDO A HISTÓRIA DAS MULHERES NA SOCIEDADE PATRIARCAL¹

Aline Rodrigues Maroneze²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo geral estudar de que forma os movimentos feministas, através de sua atuação, podem ressignificar a vida e a história das mulheres. Para isso, a pesquisa conta com três objetivos específicos, estruturados em três seções trabalhadas ao longo da construção deste ensaio teórico, são eles: a) Pesquisar sobre a história das mulheres nos primeiros tempos da humanidade, ou seja, no início da raça humana; b) Estudar de que maneira a sociedade do patriarcado passou a tratar e a ver as mulheres e, por fim, busca-se c) Compreender de que maneira os movimentos feministas ressignificam a vida e a história das mulheres. A problemática de pesquisa parte do pressuposto de que em uma sociedade patriarcal que naturaliza a lógica de opressão-dominação dos homens sobre as mulheres, questiona-se: de que forma os movimentos feministas, através de sua atuação, podem ressignificar a vida e a história das mulheres? A metodologia utiliza o método hipotético dedutivo, com viés feminista, assim como a revisão de literatura, por livros, revistas e pela busca eletrônica por artigos científicos no Google Acadêmico e Scielo, que tenham alguma relação com a temática proposta no presente trabalho.

Palavras-chave: História das Mulheres. Patriarcado. Movimentos Feministas. Ressignificação

ABSTRACT

This article has the general objective of studying how feminist movements, through their actions, can re-signify women's lives and history. For this, the research has three specific objectives, structured in three sections worked throughout the construction of this theoretical essay, they are: a) Research on the history of women in the early days of humanity, that is, at the beginning of the human race; b) Studying how patriarchal society began to treat and see

¹ Artigo confeccionado a partir das reflexões do mestrado em Direito.

² Mestra em Desenvolvimento e Políticas Públicas pelo PPGDPP, da Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS – Campus Cerro Largo/RS. Especialista em Direito Processual Civil. Mestra em Direito pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Campus de Santo Ângelo/RS. Doutoranda em Direitos Humanos pela Unijuí. Bolsista integral CAPES/PDPG- Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Emergencial de Consolidação Estratégica dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) stricto sensu acadêmicos com notas 3 e 4 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior. Integrante do Grupo de Pesquisa registrado no CNPQ Direitos Humanos e Movimentos Sociais na Sociedade Multicultural, vinculado ao PPG Direito - Mestrado e Doutorado da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus Santo Ângelo/RS. E-mail: aline_maroneze@yahoo.com.br

women and, finally, c) Understanding how feminist movements reframe women's lives and history. The research issue is based on the assumption that in a patriarchal society that naturalizes the logic of men's oppression-domination over women, the following question is asked: how feminist movements, through their actions, can re-signify life and history of the women? The methodology uses the deductive hypothetical method, with a feminist bias, as well as the literature review, by books, magazines and by electronic search for scientific articles in Google Scholar and Scielo, which have some relation with the theme proposed in the present work.

Keywords: History of Women. Patriarchy. Feminist Movements. reframing

INTRODUÇÃO

“Enquanto o homem e a mulher não se reconhecerem como semelhantes, enquanto não se respeitarem como pessoas em que, do ponto de vista social, política e econômico, não há a menor diferença, os seres humanos estarão condenados a não verem o que têm de melhor: a sua liberdade”.
(Simone de Beauvoir)

A frase de Simone de Beauvoir traz algo muito necessário, principalmente em uma sociedade tão diversa como a brasileira. A autora traz a mensagem de igualdade, ressaltando que não existem pessoas melhores que as outras, tampouco superiores. A frase nos fala sobre a necessidade de reconhecermos nossos semelhantes, sem nenhuma distinção, já que o que deveria importar é a humanidade. Falar sobre as mulheres e os movimentos sociais é falar de igualdade, mas também é contemplar a alteridade, o direito a diferença, uma vez que sempre que a igualdade nos descaracterizar é preciso lutar pelo direito a ser diferente, e essa também é uma luta dos movimentos feministas. Além disso, os movimentos feministas também lembram a sociedade da importância de conhecermos nossa história, uma vez que para que possa ser possível lutar por um novo futuro, é preciso conhecer muito bem o passado, e compreendê-lo.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo geral estudar de que forma os movimentos feministas, através de sua atuação, podem ressignificar a vida e a história das mulheres. Para isso, a pesquisa conta com três objetivos específicos, estruturados em três seções trabalhadas ao longo da construção deste ensaio teórico, são eles: a) Pesquisar sobre a história das mulheres nos primeiros tempos da humanidade, ou seja, no início da raça humana; b) Estudar de que maneira a sociedade do patriarcado passou a tratar e a ver as mulheres e, por

fim, busca-se c) Compreender de que maneira os movimentos feministas ressignificam a vida e a história das mulheres. A problemática de pesquisa parte do pressuposto de que em uma sociedade patriarcal que naturaliza a lógica de opressão-dominação dos homens sobre as mulheres, questiona-se: de que forma os movimentos feministas, através de sua atuação, podem ressignificar a vida e a história das mulheres?

METODOLOGIA

A metodologia utiliza o método hipotético dedutivo, com viés feminista, assim como a revisão de literatura, por livros, revistas e pela busca eletrônica por artigos científicos no Google Acadêmico e Scielo, que tenham alguma relação com a temática proposta no presente trabalho.

1. A HISTÓRIA DAS MULHERES NA SOCIEDADE PRÉ-PATRIARCAL:

Nesta primeira parte da pesquisa busca-se conhecer sobre a história das mulheres nos primeiros tempos da humanidade, ou seja, no início da raça humana. Este estudo é importante para que possa ser possível compreender que as desigualdades entre homens e mulheres são resultado também de uma construção cultural, social, política e econômica. Enfim, a disparidade entre os gêneros nunca foi algo natural, como durante muito tempo nos fizeram acreditar.

Parte-se, então, na busca por conhecer a história da nossa civilização logo no início de seu surgimento, sobretudo no que diz respeito às mulheres, para isso, utiliza-se dos ensinamentos da autora Rosemary Radford Ruether (1993, n.p.), onde a autora vai afirmar que segundo se percebe de achados arqueológicos “a mais antiga imagem humana do divino era feminina”.

A autora supra mencionada ainda faz referência ao período paleolítico e neolítico³, e afirma que, segundo se percebe através da arqueologia e das estátuas e imagens femininas, a mulher era considerada um ser divinal, essas imagens femininas demonstravam a relevância da

³ Segundo a autora Riane Eisler (2007, p.89): “[...] O Paleolítico data de 30 mil anos atrás. A revolução agrícola do Neolítico aconteceu há mais de 10 mil anos”.

mulher nessa sociedade, que era tida como uma deusa, devido à sua fertilidade e ao poder de gerar a vida.

Corroborando com os ensinamentos de Ruether (1993), vem a autora Riane Eisler (2007, p. 27), que realiza uma pesquisa voltada à conhecer a história das mulheres, sobretudo no período paleolítico e neolítico, onde a autora afirma que as mulheres eram tidas como seres divinais, principalmente pelo seu “poder de gerar a vida”. Sobre o período paleolítico a autora assevera:

[...] as estatuetas femininas, o ocre vermelho dos sepultamentos e as conchas em forma de vagina parecem ser manifestações incipientes do que mais tarde se tornou uma religião complexa centrada na adoração da Deusa Mãe como fonte e regeneradora de todas as formas de vida [...]. (2007, p. 46)

Assim, os primórdios da humanidade dão conta do culto de uma Deusa Mãe, essas histórias são: “[...] originárias de lugares muito diferentes do planeta, encontramos a Deusa Mãe como fonte de toda a existência” (Eisler, 2007, p. 63).

A partir da citação acima é possível afirmar que o culto à Deusa não era algo específico de determinada região ou província, mas conforme ensinado por Eisler (2007), provinha de lugares diversos do mundo. Isso demonstra que a prática da fé desses povos era baseada numa figura feminina considerada divinal, o seu corpo era um verdadeiro mistério e motivo de fascínio para os povos daquela época, considerado como algo mágico pelo poder de gerar a vida.

Corroborando com o que fora escrito, Eisler (2007, p. 62) pondera: “Nossos ancestrais do paleolítico e do começo do neolítico imaginavam o corpo da mulher como um receptáculo mágico. Devem ter observado como sangra de acordo com a lua e como miraculosamente produz gente.

É possível notar, a partir dos ensinamentos de Eisler (2007, p. 56), até agora, que o povo ancestral passou a se questionar acerca do sentido da vida e da morte, e isso foi feito através da observação do corpo das mulheres, onde: “imaginando o universo como uma “Mãe” generosa, de cujo ventre aflora toda a vida, e ao qual tudo retorna depois da morte para em seguida ressurgir, como nos ciclos da vida vegetal”.

Assim, as teóricas estudosas da antropologia têm provado que, durante os primórdios da vida humana, as mulheres foram cultuadas e consideradas deusas, sendo que um dos motivos

é o fato delas estarem mais próximas à natureza e de seus mistérios, uma vez que, assim como a lua e as estações da natureza, as mulheres também possuem uma origem cíclica (Angelin, 2014).

Sobre a sociedade da época do início da humanidade, a autora Eisler (2007), vai afirmar que naquela época não existia qualquer hierarquização entre os gêneros, que viviam em pé de igualdade, e possuíam uma relação de parceria: “os dados arqueológicos agora disponíveis indicam que, do ponto de vista de sua estrutura geral, a sociedade pré-patriarcal era, segundo qualquer padrão vigente hoje, notavelmente igualitária [...]” (2007, p. 67).

Pode-se perceber pelos escritos e estudos da autora supra citada que o patriarcado não existe desde sempre, que conforme ela denomina, na sociedade pré-patriarcal, existia uma relação baseada na igualdade entre os gêneros. Mas se não era patriarcal, então era matriarcal? A autora vai responder essa questão no decorrer do livro, contudo, já pode ser afirmado que esta é uma ideia binária de pensar a sociedade neolítica e paleolítica, ao impor vertentes análogas e contrapostas (Eisler, 2007).

Contudo, a autora adverte que a sociedade daquela época era de “descendência matrilinear”. Nesse sentido, há uma espécie de justificativa dada pela autora do porque não ser, então, matriarcal. Justamente por conta da palavra matriarcal acabar passando a falsa ideia de que na sociedade anterior ao patriarcado, as mulheres seriam superiores aos homens, e por conta dessa superioridade eles então seriam dominados pelas mulheres (Eisler, 2007).

No entanto, a autora esclarece que nas sociedades paleolíticas e neolíticas, a família: “é representada, e isso é certo, “por ordem de importância, como mãe, filha, filho, pai”, e tal fato provavelmente espelha as famílias humanas que habitavam a cidade, evidentemente matrilineares e matrilocais. [...]” (Eisler, 2007, p. 68).

Outro fato de relevância é que: “em outras sociedades neolíticas as representações antropomórficas da Deusa (como jovem Donzela, mãe Madura, avó ou ancestral até a Criadora original) são [...] projeções dos vários estágios da vida da mulher [...]” (Eisler, 2007, p. 68).

Nesse mesmo sentido, Angelin e Sikora (2011, p. 121), asseveram sobre o processo de naturalização da opressão da mulher, ressaltando que esse fato não é natural, mas foi construído para que se pensasse ser natural, principalmente por meio da criação de mitos, os quais reforçavam a inferioridade da mulher em relação ao homem, e a necessidade de obediência:

[...] as relações entre o gênero humano, em longo período da história, caracterizadas pela opressão das mulheres, não podem ser consideradas como fato ‘natural’ da espécie humana, como muitos insistem em afirmar. A naturalização da opressão das mulheres foi uma construção ‘eficiente’ no decorrer dos milênios, reforçada também por meio dos mitos, que reforçavam o papel de submissão imposto às mulheres.

Dessa forma, pode-se encerrar o estudo dessa seção com a conclusão de que existem fortes evidências arqueológicas e antropológicas de que a sociedade não foi desde seu surgimento patriarcal, mas que em algum momento da história existiu entre homens e mulheres uma relação de parceria e de igualdade. Bem como, pode-se observar que as mulheres eram valorizadas e consideradas seres divinais pelo fato de serem geradoras da vida. Portanto, uma sociedade igualitária, cooperativa e de parceria está longe de ser uma utopia, uma vez que há provas de que ela já existiu.

2. AS MULHERES NA SOCIEDADE PATRIARCAL

Esse segundo momento da pesquisa tem como ponto norteador a análise sobre o patriarcado e como ele passou a dirigir a vida, os comportamentos e as atitudes de mulheres e homens, uma vez que na primeira parte da pesquisa foi visto que na sociedade pré-patriarcal as mulheres eram veneradas e consideradas seres divinais. No entanto, nesta parte da pesquisa busca-se estudar de que maneira a sociedade do patriarcado passou a tratar e a ver as mulheres.

Para buscar dar início ao estudo sobre o patriarcado, buscou-se os ensinamentos de Angelin e Maders (2010, p. 94), onde as autoras vão afirmar que as relações humanas que estabelecemos, ainda são permeadas pela opressão e submissão das mulheres, e embora isso possa parecer natural, por conta de tudo o que fora arquitetado para que assim fosse pensado, essa desigualdade de gênero não tem nada de natural, afinal, isso pode ser comprovado também durante a primeira parte desta pesquisa, onde foi estudado sobre o tratamento dado às mulheres durante a pré-história. Sobre o processo de naturalização da opressão e da submissão das mulheres, as autoras ponderam:

as relações entre o gênero humano, atualmente, ainda caracterizadas pela opressão e submissão das mulheres, não devem ser tratadas como um fato “natural”, como insistem alguns, embora se perceba que a “naturalização” desse processo de opressão das mulheres foi maquiado no decorrer dos milênios, também por meio dos mitos que reforçaram o papel imposto de submissão das mulheres aos homens”.

Da citação acima pode-se afirmar que o patriarcado é um estruturante da sociedade, de modo que o sistema patriarcal acaba por nortear a vida em sociedade, no âmbito religioso, cultural, profissional, público e privado. Onde a capacidade e a competência das mulheres é, em muitos momentos, colocada em xeque, e quase de forma automática se alguém estiver na frente de um homem e de uma mulher, será remetido a pensar quase que instantaneamente que o homem será mais preparado para exercer funções e gerir crises.

Mas por que somos levados a pensar que os homens são superiores às mulheres? Justamente por conta desta máquina que os autores afirmam se tratar o patriarcado, que se reinventa, se reproduz e permanece estruturando a sociedade e as relações humanas.

Corroborando com a última definição de patriarcado presente nesta pesquisa, Saffioti (2005, p. 38), também vai equiparar o patriarcado à uma máquina que funciona sem parar, e quase que de forma automática. A autora ainda vai esclarecer que o patriarcado se transforma a depender do lugar e da cultura, ganhando mais ou menos força: “Patriarcado exprime [...] de forma muito clara, a força da instituição, ou seja, de uma máquina bem azeitada que opera sem cessar e, abrindo mão de muito rigor, quase automaticamente”.

Ainda, é necessário chamar a atenção para o fato de o patriarcado ter entrecorrido às comunidades democráticas, de modo que o sistema patriarcal se reorganiza e se reinventa de forma potente: “não se vivem sobrevivências de um patriarcado remoto; ao contrário, o patriarcado é muito jovem e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias.” (Saffioti, 2015, p. 60).

O patriarcado traz em sua gênese a ideia de superioridade masculina, de modo que, o reforço dessa pretensa superioridade, acaba gerando desigualdades, perpetuando e autorizando violências contra as mulheres, bem como, para os demais grupos sociais considerados minorias ou inferiores por esse sistema, sobre isso:

A ideologia patriarcal motivou a imposição de uma suposta superioridade do homem sobre a mulher, alterando as relações de gênero. Tornou-as desiguais, legitimando a violência e a opressão, não só contra mulher, mas também contra as minorias, que são grupos de uma sociedade que não participam integralmente da vida social (Hahn; Wohlfahrt; Oliveira, 2011, p. 216).

Outro ponto importante que merece atenção é a diferenciação entre o patriarcado paterno e o patriarcado masculino. O patriarcado paterno está mais ligado ao âmbito familiar, pois diz



respeito à figura do pai, já o patriarcado masculino refere-se aos privilégios que o homem goza em razão do gênero masculino. De maneira mais didática:

O patriarcado paterno está ligado à figura do pai, que, neste sistema, tem amplos poderes – inclusive para tirar a vida – sobre a mulher, os filhos e os subordinados, tendo apoio e legalidade fundamentada do Direito. Predominou até o início da modernidade. O patriarcado masculino é uma forma mais sutil do patriarcado paterno: o homem tem precedência apenas por ser homem. Predomina nas sociedades patriarcais modernas e está difuso nas estruturas sociais ((Hahn; Wohlfahrt; Oliveira, 2011, p. 215).

O patriarcado acaba por gerar uma série de desigualdades sociais, bem como o reforço dos papéis destinados aos homens e as mulheres, o que acaba também por impor identidades pré-determinadas em razão de seu gênero, e através dessa imposição sutil dos papéis de cada um e cada uma acaba por passar uma falsa ideia de que isso é natural, o que acaba por reforçar as desigualdades e a dominação dos homens sobre as mulheres:

Um dos grandes riscos gerados para as mulheres nas sociedades patriarcais encontra-se no fato da naturalização de seus papéis, baseados especialmente em suas condições biológicas que acabam, muitas vezes, sendo uma justificativa para o exercício de relações de poder e opressão das mulheres. [...] A tentativa de fixar identidades duradouras de mulheres e de homens sob o pretexto de diferenciações naturais possui uma intencionalidade nada ingênua, e que precisa ser desmistificada para, então, se ter mais elementos para o debate acerca da corporeidade e das liberdades democráticas das mulheres (Angelin, 2015, p. 185).

Ainda, sobre os papéis de acordo com o gênero, ressalta-se que: “Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas” (Louro, 1997, p. 24).

Dessa forma, o patriarcado faz parte da cultura e do cerne social, sendo considerado uma engrenagem importante para o funcionamento da sociedade e das instituições, e essa opressão embora seja mais sentida pelas mulheres, não é destinada somente à elas, assim como não são somente os homens que perpetuam o sistema patriarcal, sobre isso: “a violência de gênero pode ser perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra outra. Toda via, o vetor [...] da violência de gênero caminha no sentido homem contra a mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura” (Saffioti, 2015, p. 75).



Por fim, pode-se afirmar que o estudo e o entendimento sobre o patriarcado não é uma tarefa fácil, ao passo que, conforme fora visto, ele se reinventa, se reproduz e se apresenta com mais ou menos força, a depender sob que viés ele é analisado, uma vez que a cultura, a família, a escola, as instituições e a religião são fatores que podem contribuir para o fortalecimento (ou não) desse sistema social que é tão opressor e tirano com relação às pessoas, mas sobretudo, com relação às mulheres.

3. (RES)SIGNIFICANDO A HISTÓRIA DAS MULHERES NA SOCIEDADE PATRIARCAL

Nesta última parte da pesquisa objetiva-se aprender acerca dos movimentos sociais, dando maior ênfase aos movimentos feministas. Ainda, questiona-se se sua atuação contribui para ressignificar a vida e a história das mulheres? Já que antes de seu surgimento, a história sobre as mulheres era contada apenas pelos homens, e na maioria dos casos, aqueles que detinham o poder social, ou político, ou econômico ou ambos, fazendo que muitas mulheres fossem esquecidas ao longo da história.

Para dar início ao estudo que se propõe essa terceira parte da pesquisa, entende-se ser relevante iniciar pelo estudo dos movimentos sociais, que seriam: “tentativas coletivas de promover um interesse comum ou de assegurar uma meta comum por meio de uma ação fora das instituições estabelecidas” (Giddens, 2005, p. 357). Com essa definição de movimentos sociais, o autor supramencionado dá o caráter de manifestação e ação coletiva, bem como evidencia a questão da identidade e das pautas comuns. Outro ponto que se evidencia da citação acima, é que esses atores sociais não fazem parte de instituições, mas são pessoas comuns da sociedade, que se unem na busca por igualdade social, lutam contra a opressão, e buscam a conquista e o reconhecimento de direitos até então negligenciados.

Portanto, os movimentos sociais seriam atividades coordenadas contrárias a um sistema de autoridade e dominação, ou seja, uma espécie de sistema que busca questionar as atitudes do Estado, e através de pressões sociais e políticas, conquistar direitos e fazer cessar arbitrariedades, sobre isso traz-se a seguinte conceituação: “defino los movimientos sociales como unas conductas socialmente conflictivas pero también ulturalmente orientadas y no como

la manifestación de contradicciones objetivas de un sistema de dominación” (Touraine, 2006, p. 258).

Nesse sentido, seguindo com as lições de Alain Touraine (2006, p. 259): “El movimiento social se presenta como la combinación de un principio de identidad, un principio de oposición y un principio de totalidad”.

Dessa forma, o movimento social seria o lugar onde o agente coletivo pode adquirir referências instrutivas, de modo a conseguir fazer romper toda relação de poder opressora. Com isso: “[...] um movimento social é o espaço de um ator coletivo para se apossar dos “valores”, das orientações culturais de uma sociedade, opondo-se à ação de um adversário ao qual está ligado por relações de poder” (Touraine, 1994, p. 254).

Assim, o “[...] que é empiricamente chamado de "movimento social" é um sistema de ação que liga orientações e significados plurais. Uma ação coletiva singular ou um evento de protesto, além disso, contêm tipos diferentes de comportamento” (Melucci, 1989, p. 56).

De bom alvitre, ressaltar que os movimentos sociais, resistem contra um processo de opressão e autoritarismo, onde seus integrantes sofrem constantemente com esses abusos decorrentes de relações de poder, dessa forma: “quando os grupos se organizam na busca de libertação, ou seja, para superar alguma forma de opressão e para atuar na produção de uma sociedade modificada, podemos falar na existência de um movimento social” (Scherer-warren, 2006, p. 113).

Superada a questão referente aos movimentos feministas, uma vez que deu para ter uma noção de sua definição, características e contexto de surgimento, parte-se para o estudo dos movimentos feministas, os quais surgem para questionar e apontar a disparidade entre homens e mulheres, buscando através da conquista de direitos e do reconhecimento da mulher enquanto sujeita, a equidade entre os gêneros e a emancipação feminina.

Nesse sentido, Rosângela Angelin e Noli Bernardo Hahn (2019), dividem os movimentos feministas do Ocidente em três períodos distintos. O primeiro período inicia-se no século XVIII e início do século XX, onde os movimentos feministas surgem com a Revolução Francesa e questionam a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que excluiu as mulheres como sujeitas detentoras de direitos políticos. Então, como forma de protestar e buscar por reconhecimento Olympe de Gouges, escreve a Declaração da Mulher e da Cidadã, mas isso



custou sua vida, uma vez que acabou sendo morta pelo Estado em sinal de repressão pela afronta.

Já, o segundo período ou onda dos movimentos feministas ocorreu entre os anos de 1960 e 1980, e dizem respeito “a valores voltados à problemática da diferença, aos costumes culturais em relação às mulheres, em especial, aspectos votados à sua sexualidade, à violência contra elas e, também, ao mercado de trabalho.” Por fim, a terceira fase “iniciou-se após a década de 1990, frente à ampliação no debate envolvendo a sexualidade feminina e a libertação sexual, buscando ampliar direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres” (Angelin; Hahn, 2019, p. 95).

A luta das mulheres por reconhecimento ganha força no século XX, sendo que a autora Riane Eisler (2007, p. 185) esclarece que no início do século XX o mundo passa a testemunhar algo nunca visto antes, o crescimento de organismos governamentais e não governamentais alinhados às pautas femininas, buscando sobretudo a melhoria de vida para as mulheres, sobre isso a autora destaca:

Nunca tinha havido conferências globais atraindo milhares de mulheres de todos os cantos do mundo para tratar dos problemas da supremacia masculina. Nunca, em toda a história registrada, as mulheres de todas as nações da Terra se haviam reunido para trabalhar em prol de um futuro de igualdade sexual, desenvolvimento e paz – os três objetivos da Primeira Década das Nações Unidas para as Mulheres (Eisler, 2007, p. 185).

Os movimentos feministas, além de trazerem para a cena política e social a pauta atinente às mulheres, também possuem importância ímpar na conquista de muitos direitos para elas, dentre eles pode-se destacar o direito ao voto, ao divórcio, ao trabalho, já que as mulheres não detinham nenhuma segurança jurídica ou política, tudo teve de ser conquistado do zero e através de embates políticos e pressões sociais, sobre isso: “o feminismo que constituiu as mulheres como atrizes na cena pública, que deu forma a suas aspirações, voz a seu desejo. Foi um agente decisivo de igualdade e de liberdade. Logo, de democracia” (Perrot, 2006, p. 162).

No que diz respeito à seara internacional, é importante dar ênfase para a Revolução Francesa, uma vez que os movimentos surgem inicialmente como forma de contestação ao regime de escravidão: “O feminismo, como movimento organizado na modernidade, surgiu após a Revolução Francesa, em reação à escravidão [...]” (Angelin; Maders, 2013, p. 105).



Algo que também merece atenção a respeito dos movimentos feministas, é o fato de que não se trata de uma luta apenas das mulheres, mas de toda uma comunidade, uma vez que o patriarcado oprime e impõe a execução de determinados papéis à todas as pessoas, embora as mulheres sejam as maiores vítimas, para que de fato possa existir mudança social, é preciso uma mudança cultural, e essa também é uma das lutas dos movimentos feministas.

Nesse sentido, a obstinação das mulheres através do movimento feminista para a suplantação da opressão e da superioridade masculina imposta pelo patriarcado, requer também o engajamento de toda a sociedade, uma vez que somente assim será possível uma mudança de paradigma cultural, sobre isso as autoras ponderam:

A resistência das mulheres por meio do movimento feminista para a superação da dominação, como marca do exercício do poder masculino sobre o feminino, é imprescindível a participação de toda a sociedade e de suas instituições para uma mudança de paradigmas. O Direito também tem um papel de suma importância na alteração dessa situação e no combate à opressão vivenciada pelas mulheres no seio de uma sociedade que pretende ser democrática, pois tem por missão regular as relações sociais e amenizar os conflitos (Angelin; Maders, 2010, p. 98).

Através das atuações dos movimentos feministas têm sido possível repensar padrões até então considerados naturais, fazendo nascer um novo cenário social que contemple as mulheres como autoras e donas de sua própria história, essas práticas desempenhadas pelos movimentos feministas tem muita força de transformação e mudança cultural, é nesse sentido que argumenta Rosângela Angelin (2015, p. 195):

através de atos de resistência, subversão ou transgressão de paradigmas, estes protagonizados, em especial por movimentos feministas que, através de suas ações tem logrado modificar culturalmente as relações humanas e garantido espaços das mulheres na sociedade. Pode-se afirmar que tais movimentos são os responsáveis pelos maiores ganhos das mulheres na história da humanidade, pois se forjam em espaços que agrupam mulheres, espaços estes que possibilitam às mulheres pensar, refletir, analisar e compreender a sociedade, a fim de se projetar um futuro mais igualitário. E estas ações e feitos são imprescindíveis para se garantir a construção de uma democracia de fato participativa e emancipadora.

As conquistas dos movimentos feministas são muitas, contudo, apesar disso, um grande número de mulheres ainda vive uma vida restrita, que é definida pelos homens, ou pelas instituições, pela Igreja, mas a mudança social também é uma mudança de cultura, por isso é tão penosa e lenta, nesse sentido:

A libertação das mulheres não seria completa se não as libertasse de toda referência ao seu ser próprio, à sua natureza ou à sua “psicologia”. A construção de si pelas mulheres é fundada sobre o aquilo que resiste à sua identidade social, isto é, sobre uma natureza que não se reduz a uma cultura ou a uma organização social. É assim que as mulheres vão se erguendo até chegar à afirmação da singularidade e à liberdade de escolher sua própria vida, definida pela oposição a toda definição imposta de fora (Touraine, 2007, p. 47).

Touraine (2007), afirma, ainda, que a lógica da opressão/submissão presente no patriarcado foi algo culturalmente aprendido ao longo de muitos anos, sendo que a igreja, a escola, a família e as instituições tem muita contribuição para a formação desta cultura. Confirmando o que foi dito acima, Riane Eisler (2007, p. 240), vai afirmar que a relação entre o que é dominado e o que está dominando: “é internalizado desde o nascimento por todas as crianças que crescem numa família tradicional de dominância masculina”. Aqui, chama-se a atenção, mais uma vez, para a importância da atuação da família no reforço e perpetuação do patriarcado na sociedade, e também na mudança deste padrão.

Dessa forma, em resposta à pergunta norteadora desta pesquisa tem-se que os movimentos feministas, através de sua atuação tem conseguido ressignificar a história e a vida das mulheres, seja através da conquista de direitos importantes para elas, seja por trazer à pauta assuntos importantes, até então considerados proibidos pela sociedade ou pela igreja, como por exemplo, o direito da mulher decidir sobre o seu corpo. Só será possível construir um novo futuro para todas e todos, conhecendo e ressignificando o passado, e isso os movimentos feministas têm conseguido fazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se ao final desta pesquisa com a resposta à pergunta que norteou este estudo: de que forma os movimentos feministas, através de sua atuação, podem ressignificar a vida e a história das mulheres?

Como pôde ser visto no decorrer da pesquisa, a relevância dos movimentos feministas para a vida e para a história das mulheres é enorme, uma vez que através de sua atuação, eles conquistam direitos importantes, como o direito ao voto e à participação política, através do



movimento sufragista, por exemplo, assim como uma série de direitos fundamentais presentes na Constituição Federal.

Contudo, os movimentos feministas além de lutar pelas mulheres lutam por toda a sociedade, já que também exercem um importante papel político e social, denunciando abusos, violências, desrespeitos e preconceitos.

Também fica evidente a importância de conhecermos o outro lado da história sobre as mulheres, já que ela quase sempre foi contada pelos homens. E embora a sociedade, a Igreja e a família insistam, muitas vezes, em afirmar que o patriarcado sempre existiu e que se trata de algo natural, não foi o que ficou demonstrado na primeira parte da pesquisa, uma vez que através de estudos e levantamentos arqueológicos e sociológicos descobriu-se que as mulheres eram líderes de suas comunidades, e que nos primórdios a sociedade viveu em parceria e harmonia. Portanto, a luta dos movimentos feministas pela ressignificação da vida e da história das mulheres não é em vão, tampouco utópica, já que uma sociedade de cooperação já existiu, e nela não existia superioridade, apenas uma sinergia de respeito e colaboração.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela. Direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres: avanços e desafios na construção da democracia. **Coisas do Gênero: Revista de estudos feministas de teologia e religião**. São Leopoldo. V.1, n.2, p. 182-198, ago/dez. 2015.

ANGELIN, Rosângela . Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados? **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitopolitica. Acesso em: 11 jan 2022.

ANGELIN, Rosângela; HAHN, Noli Bernardo. **Movimentos Feministas e a Vida das Mulheres: (re)construindo possibilidades emancipatórias**. Curitiba: Editora CRV, 2019.

ANGELIN, Rosângela; MADERS, Angelita Maria. A construção e o reconhecimento da identidade do gênero feminino: um processo baseado nas relações de poder. **Cadernos de Direito**. Piracicaba, v. 10(19): 91-115, jul.-dez. 2010.

ANGELIN, Rosângela; MADERS, Angelita Maria. Os movimentos feministas e de mulheres no Brasil: (re)construindo as identidades das mulheres em busca de direitos de cidadania e relações equitativas de gênero. **Revista Direitos Culturais**. PPGDireito – Mestrado da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Santo Ângelo: 2013.

ANGELIN, Rosângela; SIKORA, Rogério Moraes. Novos direitos e a dignidade da pessoa humana: a constituição federal de 1988 na promoção da equidade nas relações de gênero. In: BERTASO, João Martins; GAGLIETTI, Mauro José [Orgs.]. **Diálogo e Entendimento: Direito e Multiculturalismo & Cidadania e novas formas de soluções de conflitos**. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2011, p. 119-135.

EISLER, Riane. **O cálice e a espada: nosso passado, nosso futuro**. São Paulo: Palas Athena, 2007.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4 ed. Artmed. Porto Alegre, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação. v.16. n. 47, mai-ago. 2011.

HAHN, Noli Bernardo, MACHADO, Maristela da Fontoura. Gênero, patriarcado e a mulher. In BERTASO, João Martins [Orgs.]. **Cidadania, diversidade e reconhecimento: produção ao projeto de pesquisa: “cidadania em sociedades multiculturais: incluindo o reconhecimento”**. Santo Ângelo: Furi Editora, 2009, p. 65- 89.

HAHN, Noli; BOHNENBERGER, Gustavo; OLIVEIRA, Fernanda. FEMINISMO E DIREITOS ESPECIAIS. In BERTASO, João Martins; GAGLIETTI, Mauro José [Orgs.]. **Diálogo e Entendimento: Direito e Multiculturalismo & Cidadania e novas formas de soluções de conflitos**. 1. ed. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2011, p. 209-222.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Vozes: Petrópolis, 1997.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?**. Lua Nova. N.17, 1989.

PERROT, MICHELLE. **Minha história das mulheres**. Tradução: Angela M.S. Côrrea. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

RUETHER, Rosemary Radford. **Sexismo e religião: rumo a uma teologia feminista** [tradução Walter Altmann, Luís Marcos Sander]. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero e Patriarcado. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia; OLIVEIRA, Sueli de. **Marcadas a Ferro. Violência contra a Mulher. Uma Visão Multidisciplinar**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. p. 35-76.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 1989.



TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1994.

TOURAINE, Alain. **Los movimientos sociales**. Revista Colombiana de Sociología, n. 27, 2006.

TOURAINE, Alain. **O mundo das mulheres**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.